

## NOVAS POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA E INCREMENTO DEMOCRÁTICO A PARTIR DA TRANSFORMAÇÃO DO MODELO JORNALÍSTICO TRADICIONAL

André Luís Lourenço<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo debate possibilidades e limites da internet para a construção de agendas públicas independentes daquela sugerida pelos veículos de comunicação de massa, levando em consideração a transformação do modelo de fluxo de informações ocasionada pelo surgimento e popularização de plataformas de construção colaborativa de informação on-line – de acordo com Bruns (2011), a partir de um modelo emergente alternativo ao modelo jornalístico Gatekeeping. Neste contexto, o estudo ainda analisa o impacto das novas possibilidades de interação entre sociedade civil e Estado, utilizando a noção de esfera e arenas públicas de Habermas (1984, 1997, 2008), bem como a noção de democracia deliberativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Agenda Pública, Democracia, Esfera Pública, Fluxos de Informação, Jornalismo.*

**ABSTRACT:** This article deliberates about possibilities and limits of the Internet to build public agendas unrelated from the ones already suggested by the mass communication vehicles, considering the transformation of the information flow model caused by the popularization of building collaborative platforms for online information– according to Bruns (2011), as from an emerging model in alternative to the journalistic Gatekeeping model. In this context, the study also analyzes the impact of the new possibilities of interaction between civil society and state, using the notion of sphere and public arenas of Habermas (1984, 1997, 2008) as well as the notion of deliberative democracy.

**KEYWORDS:** *Public Agenda, Democracy, Public Sphere, Information Flows, Journalism.*

---

<sup>1</sup> É jornalista e mestre em Comunicação Midiática (Unesp). Possui experiência em jornalismo impresso diário e magazine, e Assessoria de Comunicação. É docente e coordenador de Iniciação Científica e TCC do curso de Comunicação Social na Faculdade Eduvale de Avaré-SP.

## **CRISE DO MODELO DEMOCRÁTICO POR REPRESENTAÇÃO E DEMOCRACIA DELIBERATIVA**

A democracia possui como premissa a extensão do direito à participação no exercício do poder e na tomada de decisão a todos os cidadãos (GOMES, 2005). No contexto de uma democracia por representação, aos agentes políticos – ou atores eleitos no sistema político – é delegada a função de decisão sobre as Políticas Públicas empreendidas nas diferentes instâncias do Poder Estatal.

Entretanto, após a escolha dos representantes – por meio das eleições livres, periódicas e diretas –, não há garantias de que as demandas das diversas comunidades ou grupos de indivíduos sejam atendidas.

Somado a isso, as experiências de democracia representativa têm revelado um contínuo processo de distanciamento entre os cidadãos e as instâncias do poder decisório, reduzindo a participação política aos eventos de escolha dos representantes.

Esse quadro, aliado a outros motivos, denota uma crise do modelo democrático por representação, exigindo seu incremento.

Para tanto, Habermas (1997) propõe um modelo de democracia deliberativa, que se baseia no princípio de que as decisões, afetando o bem-estar de uma coletividade, devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais moral e politicamente.

Isso significa dizer que a sociedade necessita de mecanismos de atuação e discussão política independentes do Estado e das lógicas comerciais, que mantenham o debate sobre a ‘coisa pública’ permanentemente em pauta e estimulem a formação de uma opinião pública autônoma.

De acordo com Habermas (1984, 1997), entre esses mecanismos está a formação de uma esfera pública, considerada um *locus* de representações simbólicas no qual a sociedade, por meio de diferentes comunidades ou grupos organizados de indivíduos, pode tornar públicos anseios do âmbito privado e influenciar, por vezes determinar, as decisões políticas nas esferas administrativas do Estado.

No contexto de uma sociedade complexa, como aponta Habermas (1997), uma série de arenas públicas é criada pela sociedade civil no interior da esfera pública; e por meio do embate entre as opiniões consolidadas nas diferentes arenas seria possível à sociedade produzir uma opinião pública, que pode vir a se tornar a própria força de pressão da sociedade sobre o Estado – o que não significa, segundo Lippmann (2008),

que se trate de uma única opinião, mas, na verdade, uma opinião comum sobre um determinado assunto.

O raciocínio referente à influência da opinião pública sobre o processo decisório é reforçado por Lindblom (1981), que afirma que as decisões políticas são tomadas após o entrecruzamento das opiniões emitidas pelos diferentes atores políticos e indivíduos ou entidades envolvidas no debate público, que disputam uma espécie de ‘competição de ideias’, que visa o convencimento e o apoio político com base na persuasão.

A referida competição de ideias ocorre em função de cada setor da sociedade ou ator político possuir uma interpretação específica em relação aos assuntos de relevância pública, por meio de processos comunicativos diversos, e buscar benefícios também específicos e, por vezes, antagônicos.

Na concepção de esfera pública de Habermas (1984, 1997), isso significa que, na medida em que existe uma superexposição de um determinado tema ou uma opinião pública específica na esfera pública, sendo inevitável sua atenção por parte das autoridades políticas, as demandas de comunidades ou grupos de indivíduos ganham destaque e têm maiores chances de exercerem influência no processo de decisão. Isso ocorre em razão do aumento na chance de a demanda sensibilizar ou ser apoiada por representantes legais do Poder Estatal nas esferas de decisão, fazendo com que determinados temas ingressem na agenda governamental, ainda que sem garantias de efetivação. Esse pode ser o mecanismo mais eficaz de busca por atendimento às demandas de grupos marginalizados.

Habermas (1984, 1997) propõe um modelo de democracia baseado na consolidação de uma estrutura dialógica capaz de produzir, por meio da deliberação de questões de interesse coletivo em arenas públicas, uma opinião pública representativa e influente em relação ao Poder Público. Neste contexto, a comunicação exerce relevante função tanto nas arenas comunicativas da vida social quanto nas instâncias de decisão dos sistemas políticos constitucionais.

Entretanto, a formação de opiniões públicas, por si, não resolve o problema da distância entre as demandas da sociedade civil e as decisões do Poder Estatal. É necessário que as opiniões emergidas das mais variadas arenas públicas sejam amplificadas, de modo a atingir outros setores da sociedade, contribuindo para o debate no âmbito da esfera pública – o que pode culminar em influência nas decisões dos representantes eleitos nas esferas político-administrativas do Estado. Daí decorre a

importância da mídia, e da investigação acerca de sua atuação, no processo de construção democrática. (MAIA, 2001)

Na verdade, a partir desse raciocínio, é possível sugerir que parte da falência do modelo democrático por representação se deve ao contexto de falta de uma estrutura comunicativa eficaz entre as instâncias do poder do Estado e a sociedade, que proporcione agilidade no fluxo de informações e autonomia na consolidação da opinião pública.

## **NOVOS FLUXOS DE INFORMAÇÕES E A MEDIAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESFERA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE AGENDAS PÚBLICAS PARCIALMENTE INDEPENDENTES DA MÍDIA TRADICIONAL**

Historicamente, os veículos de comunicação de massa se apresentam como instância intermediária entre a sociedade civil e a esfera política, servindo de elo entre as informações acerca da rotina e das políticas públicas empreendidas pelo Poder Público e a sociedade, de um lado, e as reivindicações da sociedade em relação ao Poder Público, de outro.

Ou seja, apesar da influência exercida pelos poderes econômico e político na produção de informações, aos veículos de comunicação de massa coube o papel de via de mão dupla no relacionamento entre a sociedade e o Poder Político. Portanto, pode-se afirmar que seriam os veículos de comunicação de massa os agentes capazes de subsidiar com informações políticas os debates empreendidos nas mais diferentes arenas públicas existentes em sociedades democráticas e, em tese, também servir de plataforma de amplificação das opiniões advindas dos setores da sociedade. Mais que isso, aos veículos de comunicação foi atribuído o monopólio histórico em relação à divulgação de informações políticas em democracias modernas, legitimado pela própria compreensão da sociedade.

Esse potencial tem feito com que a classe política e a própria política como um todo se utilize cada vez mais intensamente dos veículos de comunicação de massa e das agendas construídas como estratégia para identificação de Partidos ou Personagens políticos com a audiência. Assim, para além de sua função de gestor do fluxo de informações na sociedade, a imprensa se tornou parte integrante do processo político, com destaque ao eleitoral.

Portanto, é preciso considerar que a evolução tecnológica e o crescente fluxo de informações ao qual a sociedade está submetida e dependente fizeram com que, cada vez mais, a mídia se tornasse figura central no cotidiano das pessoas, seja ela encarada como forma de entretenimento, fonte de informação, ou então instrumento de trabalho. Como coloca Lima (2001, p.175-176):

Mesmo que as transformações radicais de nossa época não atinjam toda a população mundial na mesma velocidade nem produzam consequências uniformes nas sociedades do planeta, é sobretudo a centralidade da mídia que faz com que suas implicações possam ser sentidas no cotidiano das pessoas independentemente de classe, etnia, sexo ou idade.

Dessa maneira, a mídia se tornou, por estar acessível a grande parcela da população, um forte mecanismo de poder – seja em âmbito local, regional, nacional ou internacional. Além disso, se tornou “palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político [...]”. (LIMA, 2001, p. 176)

Neste contexto, coloca-se em discussão o papel de destaque exercido historicamente pela mídia, ou seja, sua centralidade.

O conceito de centralidade sugere que existem pessoas, instituições, ideias e valores que ocupam posições de destaque no cotidiano da sociedade. Isso implica a existência de seu oposto – o excluído – que em determinado tempo pode aproximar-se, ou não, dessas posições de destaque.

Esse fenômeno é identificável nas diferentes esferas da vida da comunidade em que está inserida. Como explica Lima (2001, p. 189), “a socialização é um processo contínuo que vai da infância à velhice e é por meio dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais”.

Segundo Azevedo (2000, p.01), alicerçada em sua posição de destaque na formação da opinião pública, a mídia sugeriria direta ou indiretamente ao público uma lista dos temas que seria necessário que fossem discutidos. A afirmação do autor está baseada na compreensão oferecida pela hipótese da Agenda-setting.

Para o autor (*Ibid*), “a ideia básica da agenda-setting sustenta a existência de uma correlação entre a agenda da mídia e a agenda do público na medida em que, numa sociedade de massa, a percepção pública dos temas relevantes é construída tendo por base as informações veiculadas pela mídia”.

Diante dessa perspectiva, acrescenta Miguel (2004, p. 94), os assuntos levados à pauta do público variariam de acordo com aqueles evidenciados nos veículos de

comunicação de massa, em função da credibilidade atribuída às informações jornalísticas.

A hipótese do Agendamento oferece uma linha de interpretação específica acerca da representação de realidade promovida ou proposta pelos veículos de comunicação de massa ao público, com ênfase à representação de realidade acerca da esfera política. (MCCOMBS, 2009)

Como define Wolf (1999, p. 145-146), a hipótese do agenda-setting salienta o problema de uma continuidade em nível cognitivo, capaz de empreender mudanças no comportamento da audiência, bem como na visão de mundo construída pela própria sociedade. A hipótese trabalha, na verdade, com a ideia de que o público tende a incluir ou excluir de seu conhecimento aquilo que os *mass media* incluem ou excluem de sua agenda. (MCCOMBS, 2009)

Relevante destacar que a hipótese do Agendamento defende, segundo Wolf (1999, p. 145), a probabilidade de o público, na incapacidade de discernir a realidade em que está inserido da descrita pelas mídias, formá-la de maneira distorcida ou estereotipada.

Entretanto, o contínuo avanço tecnológico no campo da Informação e da Comunicação, e o surgimento e popularização da Internet em especial, enfraqueceu o monopólio dos tradicionais veículos de comunicação de massa do ponto de vista da massiva divulgação de informações, o que, por conseguinte, acaba por influenciar determinantemente a percepção de mundo pela sociedade.

De acordo com Bruns (2011), a internet, mais precisamente os sites de redes sociais, proporcionou uma mudança no paradigma da elaboração, divulgação e consumo das informações jornalísticas – aquelas responsáveis pela aproximação da sociedade em relação à rotina e conhecimento das políticas públicas empreendidas pelo Poder Público, veiculadas por meio da mídia de massa.

Para o autor, trata-se da mudança de perspectiva em relação a quem exerce a seleção, produção e divulgação de informações – antes monopólios dos veículos de comunicação de massa, que se imporiam de forma vertical no processo de difusão de informações. Bruns (2011, p. 120) destaca que essa mudança ocasiona uma transição do modelo jornalístico tradicional de Gatekeeping em direção ao modelo Gatewatching.

De acordo com o autor (*Idib*, p.121), o modelo jornalístico Gatekeeping, em sua forma clássica, foi resultado do sistema de produção, distribuição e consumo das notícias ao longo do apogeu da época da mídia de massa. Bruns aponta que esse modelo

exigiu a seleção de informações dentro do espectro de notícias relevantes do dia, na medida em que os jornais impressos e os noticiários de rádio e televisão apenas podiam oferecer uma seleção rígida das principais notícias do dia. Importante lembrar que a elaboração de uma possível escala de importância de temas a serem conhecidos pela audiência era necessária em razão do espaço finito em páginas ou programações – apesar de ser necessário destacar que existem outros fatores de influência no processo de seleção temática ligados ao poder econômico e político.

Além disso, o autor destaca que esse modelo jornalístico não permite a participação direta e a contribuição da audiência, ficando o controle sobre o processo de seleção e tratamento do conteúdo a cargo dos profissionais envolvidos – jornalistas e editores. Assim, aponta Bruns (2011, p, 122), “os interesses e as reações das audiências das notícias são subentendidos e presumidos pelos jornalistas e editores que acreditam ter uma noção intuitiva do que querem seus leitores, ouvintes e telespectadores” – excetuadas situações meramente simbólicas, como pesquisas com leitores e espaços de fala nos jornais ou noticiários de radiodifusão, ou ainda pesquisas mercadológicas.

Sem que seja diminuída a relevância ou legitimidade dessas ações, é fato que essas práticas não proporcionam espaços de produção conjunta de conteúdo jornalístico. Na verdade, essas características acabam por prejudicar a formação de uma opinião pública forte e autônoma, necessária na consolidação de uma democracia adequada, já que a visão de mundo possível de ser elaborada pela sociedade a partir das informações publicadas pelos veículos de comunicação de massa pode ser pouco subsidiada.

Com isso, também atenta-se para o fato de essas características proporcionarem condições de baixa autonomia e velocidade no fluxo de opiniões levadas ao conhecimento dos representantes políticos. Ou seja, reforça a dependência da sociedade em relação aos meios de comunicação de massa para fazerem chegar suas reivindicações e demandas às instâncias do poder decisório.

Entretanto, salienta Bruns (2011, p. 122), esse cenário inicia um processo de mudança com a multiplicação contínua dos canais disponíveis para a publicação e divulgação das notícias. O autor aponta como propulsor desse processo o surgimento do Internet como uma mídia popular, bem como o desenvolvimento dos modelos colaborativos para a participação dos usuários e para a criação de conteúdo.

Neste contexto, ganham destaque os sites de redes sociais, como o Facebook<sup>2</sup>, na condição de plataformas capazes de abrigar espaços para produção colaborativa de informações e discussão de temáticas de interesse comum, que muitas vezes não receberiam atenção dos veículos de comunicação de massa, ou que não teriam a reverberação com determinados públicos – portanto, arenas públicas virtuais.

De acordo com Recuero (2009, p. 102), sites de redes sociais são sistemas que permitem a construção de uma identidade particular através de um perfil ou página pessoal. Permitem ainda a interação através de comentários e a exposição pública da rede social de cada participante, bem como a criação de grupos de discussão setoriais, com focos específicos.

Importante destacar que, atualmente, não apenas os indivíduos têm utilizado sites de redes sociais, mas organizações e instituições (públicas, privadas e do Terceiro Setor) têm aderido aos sistemas de relacionamentos sociais como forma de integração e interação direta com seu público. Isso aponta para uma diversidade de agentes envolvidos nessa estrutura comunicativa, que pode aproximar a sociedade civil dos setores públicos e privados sem que haja a mediação dos veículos de comunicação de massa – sem que seja menosprezada a atuação das plataformas tradicionais de comunicação no processo de formação de agendas e opinião públicas.

Entretanto, é por meio dessa possibilidade de colaboração e interação social mediada por computadores que Bruns (2011) defende ter início o processo de transição entre o modelo tradicional de jornalismo Gatekeeping em direção ao Gatewatching.

Enquanto que no modelo Gatekeeping a busca de informações e notícias se dá exclusivamente pelo relacionamento entre a empresa jornalística e as fontes oficiais – no caso de notícias sobre o Poder Público –, no modelo Gatewatching a própria sociedade tem condições de obter informações das instituições públicas.

Ferramentas como os sites de redes sociais possibilitaram que as audiências, ou mais precisamente os usuários, pulassem por cima das publicações noticiosas para conectar diretamente com as organizações, as instituições e os indivíduos que lhes interessam – para acompanhar em primeira mão os comunicados à imprensa e as afirmações públicas dos governos, dos políticos, das empresas, das ONGs e de outras figuras da vida pública. Além disso, estes usuários ativos podem atualmente compartilhar com outros aquilo que observam enquanto estão observando, através de uma ampla gama de plataformas variando das ferramentas colaborativas para marcar livros, passando pelos blogs pessoais e coletivos até os sites da mídia social, e de lá encontrar e conectar com outros usuários com interesse em temas semelhantes. (BRUNS, 2011, p. 124)

---

2 [www.facebook.com](http://www.facebook.com).

De acordo com o autor (*Ibid*), ao mesmo tempo em que é possível o compartilhamento de opiniões e informações, os usuários, envolvidos no processo de organização e ‘gerência’ da avalanche de material jornalístico disponível em uma gama de canais, não conseguem manter o controle sobre o alcance das informações publicizadas, bem como o conteúdo total da produção coletiva de informação e a conotação que a mensagem tomou.

Esse aspecto denota a dinâmica de amplificação do debate em arenas públicas mediadas por computadores e abrigadas em sites de redes sociais. Isso porque, nota-se que a partir do momento em que o debate se formou e as deliberações ocorrem, o compartilhamento da opinião fruto desse processo ultrapassa os limites da arena por meio das redes sociais construídas individualmente pelos participantes do debate – tornando sua influência e ramificação incontroláveis.

Segundo Bruns (2011), além de os usuários terem condições de participar ativamente, também é possível apenas acompanhar o fluxo de informações, as inserções e contribuições de outrem, quais são os materiais e fontes selecionados pelos participantes etc. Assim, percebe-se que o alcance da influência das mensagens vai além dos participantes ativos, atingindo observadores passivos e sua rede de relacionamento – amplificando o alcance da informação.

Outro aspecto relevante, destaca o autor (*Ibid*), é que o procedimento de busca, seleção, tratamento e divulgação, por não estar mais restrito aos profissionais ligados à empresa jornalística, faz com que possa entrar na pauta de discussão um volume muito maior de informações, possibilitando um debate muito mais amplo e independente de atuações diretas dos poderes político e econômico.

É possível sugerir, portanto, a existência de agendas públicas diferenciadas no que diz respeito às temáticas em destaque produzidas e difundidas pelas arenas públicas abrigadas em sites de redes sociais – com chances de se apresentarem como independentes daquelas forjadas pelos veículos de comunicação de massa.

Isso porque, conforme Bruns (2011, p. 132), assim como o consumo das informações oriundas dos veículos de comunicação de massa, o uso da mídia social, por meio da instituição de grupos com interesse focado, estimularia o desenvolvimento colaborativo de uma compreensão coletiva dos eventos que ocorrem na sociedade, podendo apresentar, como produto dessa deliberação, uma agenda temática daquilo que seria mais relevante para a própria sociedade.

O raciocínio vai ao encontro daquilo que Habermas (2008, p. 13) indica sobre as potencialidades da internet na esfera pública. Para o autor, internet teria potencial para atuar como “contrapeso em relação às aparentes deficiências que se fundamentam no caráter neutro e assimétrico das emissões midiáticas, reintroduzindo elementos deliberativos na comunicação eletrônica”. Outro atributo destacado por Habermas diz respeito ao seu caráter desafiador em relação à censura e ao controle da opinião pública, que podem ser exercidos tanto pela atuação do Estado como por grupos políticos e econômicos.

Apesar disso, Habermas (2008) alerta para o fato de o crescente número de espaços de deliberação na internet apontar para uma fragmentação de amplas audiências, o que seria prejudicial à comunicação política. Entretanto, o próprio autor salienta que a constituição de grupos focados em torno de assuntos específicos (arenas públicas) podem promover debates profícuos.

Esse raciocínio indica a percepção de que contribuiriam mais eficazmente ao debate na esfera pública as deliberações advindas de grupos focados em torno de assuntos específicos, sobretudo em âmbitos restritos – como, por exemplo, grupos de discussão abrigados em sites de redes sociais (Facebook, por exemplo) que debatessem temas relacionados a uma realidade mais restrita, amplificando-os naturalmente pelas características do sistema.

Nesse processo de deliberação em arenas públicas virtuais, destaca o autor, participariam todos os usuários do site de redes sociais como cidadãos, jornalistas, autoridades e organizações oficiais, debatendo em torno de uma questão específica, por meio de atividades de seleção e avaliação de materiais jornalísticos relevantes encontrados na internet.

Para Bruns (2011), desse cenário colaborativo resulta um fluxo regular de informações e atualizações, na medida em que a compreensão compartilhada se desenvolve em relação a um determinado evento, de modo instantâneo e atemporal.

Em espaços específicos proporcionados em sites de redes sociais, como os grupos temáticos desenvolvidos por usuários do site Facebook, o processo de atualização informacional e de deliberação sobre questões relativas à política pode ser dinamizado, uma vez que os membros partícipes do grupo possuem interesses semelhantes e, em tese, estão sensíveis ao debate.

Sendo capazes de proporcionar uma compreensão coletiva sobre os eventos da sociedade, é possível sugerir que determinadas arenas públicas constituídas em sites de

redes sociais teriam potencial para elaborarem uma agenda de temas independente, ou parcialmente independente, daquela constituída pelos veículos de comunicação de massa.

## **POSSIBILIDADES E LIMITES DA INTERNET PARA A CONSTRUÇÃO DE AGENDAS PÚBLICAS E APRIMORAMENTO DO REGIME DEMOCRÁTICO POR REPRESENTAÇÃO**

O avanço e a popularização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na sociedade podem proporcionar potenciais benefícios à sociedade, sobretudo no que diz respeito à participação popular na política. E a palavra ‘potenciais’ é importante neste contexto em razão do fato de a existência de uma ferramenta interessante para esse fim não garantir a efetivação do suposto benefício.

Assim, na medida em que o debate e o acesso direto aos agentes e instituições políticas são facilitados, é possível projetar o início da formação de uma estrutura comunicativa que pode indicar melhores condições de difusão e influência das opiniões de grupos marginalizados do processo decisório nas instâncias político-administrativas do Estado e, portanto, o fortalecimento das condições para consolidação de uma democracia deliberativa – como preconizado por Habermas (1997).

Isso porque, a possibilidade de contato direto entre o cidadão e seus representantes políticos pode representar o começo de uma nova fase no relacionamento entre a sociedade civil e o Estado, já que as distâncias geográficas já não se apresentam como barreiras para o debate direto sobre questões de interesse coletivo. Esse marco pode ser representado pela massiva utilização dos sites de redes sociais na internet, que proporcionou, sobretudo no âmbito local, a permanência de agentes e instituições políticas em um ambiente com potencial de favorecer o diálogo sem intermediários.

Ou seja, entre os pontos mais relevantes a serem destacado está o fato de este momento representar o primeiro da história da sociedade moderna e complexa em que os cidadãos podem interpelar seus representantes sem a mediação dos veículos de comunicação de massa, bem como aprimorar a processo de vigilância da sociedade civil em relação ao Estado a partir da própria gestão do fluxo de informações disponíveis no universo on-line. Portanto, como defende Bruns (2011), este pode ser o início de uma fase histórica em que a agenda de temas a serem discutidos pela sociedade pode ser cunhada de forma quase independente da mídia tradicional, propiciando a possibilidade

de certa autonomia da opinião pública em relação aos grupos políticos e econômicos que frequentemente influenciam a imprensa.

Evidentemente não se pode afirmar que os veículos de comunicação de massa estariam perdendo totalmente a influência sobre a sociedade, a agenda pública ou a opinião pública. Na verdade, esse novo processo de fluxo de informações pode acarretar na perda da centralidade dos veículos de comunicação de massa, bem como pode indicar a emergência de reposicionamento da mídia tradicional na sociedade.

Se antes os *mass media* detinham o monopólio sobre a seleção, tratamento e divulgação das informações, neste caso políticas, agora a imprensa se depara com uma estrutura comunicativa em que o próprio usuário é capaz de gerir o processo de seleção e divulgação de informações.

Portanto, no contexto de um novo modelo de fluxo de notícias – conforme Bruns (2011), transição do modelo Gatekeeping ao modelo Gatewatching –, os veículos de comunicação de massa precisam redefinir suas funções e encontrar seus espaços aliados às novas tecnologias da informação e da comunicação.

No caso brasileiro, este debate não pode surgir independentemente da discussão sobre as habilidades e competências do usuário na gestão dessas informações. Ou seja, para que haja um processo minimamente coerente e eficaz de seleção, tratamento e divulgação das informações disponíveis, é fundamental que o usuário possua certo grau de maturidade, instrução e compreensão acerca dos procedimentos, aliado a níveis relevantes de crítica social. Isso faz com que a discussão recaia sobre os alicerces da educação individual para a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Outra questão importante diz respeito ao acesso da sociedade à internet. Apesar de o Brasil apresentar aumento significativo no número de usuários na internet, apenas aproximadamente 42% da população possui acesso à rede mundial de computadores<sup>3</sup>. Esse fator dificulta a consolidação da internet como espaço democrático de deliberação pública, na medida em que exclui, por uma série de motivos estruturais, parcela importante da sociedade. Além disso, vale lembrar, não há garantias de que o acesso por si aponte para a consolidação de um debate capaz de deliberar sobre a coisa pública.

Portanto, é possível apontar que o novo contexto de fluxo de informações possui o potencial para se apresentar como marco histórico para o relacionamento entre

---

<sup>3</sup> Dados fornecidos pelo Ibope Mídia <<http://www.ibope.com.br/pt-br/relacionamento/imprensa/releases/Paginas/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-chega-a-105-milhoes.aspx>>

sociedade civil e o Estado, com ênfase no aprimoramento do regime democrático por representação, como espaço para formação de agendas públicas independentes dos veículos de comunicação de massa, desde que existam condições que favoreçam, de um lado, o acesso igualitário da população à internet e, de outro lado, o estímulo ao aperfeiçoamento das habilidades e competências para utilização dos benefícios proporcionados pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Embora não seja esse o foco deste artigo, cabe aqui apontar para a necessidade de avanço da própria Hipótese do Agenda-setting. Esse referencial teórico, que permite ao investigador identificar e analisar o leque de temas elencados pelos veículos de comunicação, sugere a agenda do público, bem como a influência dessa agenda da mídia na agenda política.

Entretanto, é importante que seja destacado o fato de a Hipótese do Agendamento ter sido desenvolvida no início da década de 1970 e, em razão das características tecnológicas de sua época, não mencionar a possibilidade de agendamento por meio de sites de redes sociais – conforme modelo Gatewatching. (BRUNS, 2011)

Na verdade, a Hipótese do Agendamento versa, exclusivamente, sobre a agenda pública forjada por meio das práticas do modelo Gatekeeping. Porém, essa adaptação é possível, sobretudo, em função de um caráter aberto experimental dessa orientação teórico-metodológica.

De acordo com Hohlfeldt (1997, p. 43), o próprio fato de ser denominada Hipótese e não Teoria apresenta um contexto aberto às novas iniciativas e possibilidades de pesquisa.

[...] uma teoria, como enfatizei anteriormente, é um paradigma fechado, um modo “acabado” e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual “traduzimos” uma determinada realidade segundo um certo “modelo”. Uma “hipótese”, ao contrário, é um sistema aberto, sempre inacabado, infenso ao conceito de “erro” característico de uma teoria. Assim, a uma hipótese não se pode jamais agregar um adjetivo que caracterize uma falha: uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não “der certo” naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica. Pelo contrário, levanta, automaticamente, o pressuposto alternativo de que uma outra variante, não presumida, cruzou pela hipótese empírica, fazendo com que, na experiência concretizada, ela não se confirmasse.

Dessa forma, não seria de maneira alguma uma afronta às premissas da Hipótese o seu avanço conceitual, o que deve ser considerado uma atualização necessária e

natural em razão do novo contexto comunicacional, principalmente, das últimas duas décadas – com o processo de popularização da internet.

Na verdade, essa possibilidade de atualização é aqui sugerida, mas deve ser objeto de análise da Comunidade Acadêmica no decorrer do avanço das pesquisas no Campo da Comunicação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, F. A.. A agenda da mídia na campanha presidencial de 1998. In: Anais IX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre, RS, 2000.

BRUNS, A.. Gatekeeping, Gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. In: Brazilian Journalism Research. V. 7, n. 2. Brasília: SBPJOR, 2011, p. 119-140.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: Revista Famecos, Porto Alegre: Edipucrs, nº 27, 2005.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. São Paulo: Líbero. Ano XI. n.º 21. Jun. 2008.

HOHLFELDT, A.. Os estudos sobre a hipótese do agendamento. In: Revista Famecos. Porto Alegre: Edipucrs, nº 7, 1997.

LIMA, V. A. de. Mídia: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LINDBLON, C. E. O Processo de Decisão Política. Brasília: UnB, 1981.

LIPPMANN, W. Opinião Pública. Tradução Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. [S.l.], Disponível em: <[http://svn2.assembla.com/svn/projeto\\_pri/artigos/Rousiley2001.pdf](http://svn2.assembla.com/svn/projeto_pri/artigos/Rousiley2001.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2012.

McCOMBS, M.. A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIGUEL, L. F.. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. Campinas, Opinião Pública, vol. X, nº1 Maio, 2004, p.91-111.

RECUERO, R.. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

WOLF, M.. Teorias da comunicação. Lisboa, Presença: 1999.